

COSTA, Caroline Rios*

<https://orcid.org/0000-0002-8108-5063>

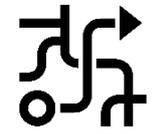
RESUMO: Durante a ditadura militar, a ação política engajada e consciente de adultos militantes muitas vezes afetava membros de sua família que não faziam parte da militância, ou mesmo não tinham poder de decisão para tal. As crianças, em sua grande maioria filhos e netos, estavam suscetíveis a serem afetadas direta ou indiretamente tanto pela escolha política de seus parentes mais velhos quanto pelo aparato repressivo que os perseguia. Em função de suas idades e do local social que ocupavam, não há como dissociar suas experiências potencialmente traumáticas do contexto familiar e dos indivíduos que fazem parte dela. Assim, o objeto deste artigo é pensar a relação entre família, militância, repressão e experiências particulares sob o ponto de vista dos filhos da militância. Como fonte, são utilizados o documentário 15 filhos (1996) e o livro Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil (2014).

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar brasileira; Infância e família; Memória.

ABSTRACT: During the military dictatorship, the committed and conscious political action of militant adults often affected family members who were not part of the militancy, or even had the power to decide to do so. Children, mostly children and grandchildren, were susceptible to being directly or indirectly affected by both the political choices of their older relatives and the repressive apparatus that persecuted them. Given their age and the social position they occupied, there is no way to dissociate their potentially traumatic experiences from the family context and the individuals who were part of it. The aim of this article is therefore to consider the relationship between family, militancy, repression and private experiences from the point of view of the children of militants. The documentary 15 filhos (1996) and the book Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil (2014) are used as sources.

KEYWORDS: Brazilian military dictatorship; Childhood and family; Memory.

* Mestra em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E mail: carolriosc@gmail.com.



Quando o assunto é infância, ditadura e militância, é impossível dissociar da questão familiar e afiliativa. O que justifica a indissolução é o fato de a família ser o primeiro e principal elo e local social que a criança é inserida, com esta ligação ocupando um papel importante na formação. Além disso, o motivo dos pequenos lidarem com a repressão do Estado e situações incomuns para a idade se deu pela escolha política e ideológica de algum parente. A própria motivação do Estado em atingi-los se deveu ao fato de serem parte de famílias “inimigas”, de “esquerdistas”, “comunistas” e “traidores da nação”, e quase como se fosse uma característica hereditária, uma doença, o traço do “comunismo” seria herdado dos parentes.

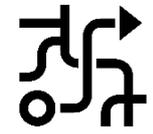
Boa parte das memórias infantis estão ligadas a lugares, pessoas e sensações em um contexto de experiências familiares. Apesar da ditadura e da vida incomum escolhida por seus parentes por uma “atividade política”, esse tipo de memória é de suma importância para o desenvolvimento de suas subjetividades, deixando suas marcas no tecido subjetivo desses sujeitos. Tanto as memórias “comuns” como as difíceis e potencialmente traumáticas fazem parte do mesmo conjunto que muito provavelmente os pais e outros parentes estarão envolvidos.

É por ocupar um lugar tão vital durante a primeira fase da vida que alterações familiares têm o potencial de abalar o desenvolvimento subjetivo e individual, seja pessoal ou coletivo, dos infantes. A forma como tais acontecimentos afetam no curto, médio e longo prazo não é previsível, pois são muitas as possibilidades e desdobramentos. Assim, o mais próximo que se pode chegar para se entender as camadas existentes nessas experiências é necessário que suas falas façam parte dos materiais aos quais se tem acesso. Sem eles, é praticamente inconcebível conhecer tais histórias e os elementos que fazem parte de cada uma delas.

EU SEI MEU AMOR QUE NEM CHEGASTE A PARTIR, POIS TUDO AO MEU REDOR ME DIZ QUE ESTÁS SEMPRE COMIGO:¹ O LUGAR SOCIAL DA FAMÍLIA

Desde 1964 até 1985, crianças nascidas em variados anos e locais, precisaram conviver com parentes que sumiam de casa pois estavam “viajando” ou “trabalhando

¹ Trecho da música “Mãe preta (barco negro)”, de 1975 e interpretada por Ney Matogrosso.



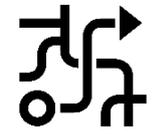
longe”, mudanças na dinâmica de como se relacionar com o mundo externo, visitas ou estadias em lugares estranhos, ausências cada vez mais frequentes e demoradas, aprender a responder por outro nome e contar outra história, além de uma infinidade de situações advindas do contexto político do país.

Assim como qualquer elemento complexo e subjetivo daquela época, o modo como as crianças eram tratadas mudava de cenário para cenário. Havia como cada família decidia que mudanças ocorreriam, se receberiam uma ideia de que algo sério e perigoso ocorria ou não, algum direcionamento de como agir caso algo desse errado, o ensinamento de técnicas comuns para militantes e afins. Por outro lado, havia como a estrutura repressiva encarava essas crianças quando havia os encontravam, e como isso podia ser usado a favor do regime. Tudo era fortemente influenciado pela idade, o local em que se encontravam, classe, espaços sociais, o grau de participação de seus parentes na militância e a própria configuração de suas famílias.

Primeiro, é preciso identificar o conceito de família. É a partir da base oferecida pelo conceito que a análise das diferentes possibilidades de existência e da particularidade existente sob um viés político-ideológico dentro de um contexto específico se torna possível. Se procurarmos uma definição mais objetiva, de dicionário, é dito:

Grupo de pessoas que partilham ou que já partilharam a mesma casa, normalmente estas pessoas possuem relações entre si de parentesco, de ancestralidade ou de afetividade. Pessoas cujas relações foram estabelecidas pelo casamento, por filiação ou pelo processo de adoção. Grupo de pessoas que compartilham os mesmos antepassados; estirpe, linhagem, geração. [Figurado] Grupo de indivíduos ligados por hábitos, costumes, comportamentos ou interesses oriundos de um mesmo local. Grupo de indivíduos com qualidades ou particularidades semelhantes [...] (DICIO, 2021)

É possível apreender que a família está ligada às relações formalmente documentadas pelo Estado que criam ligações de sangue, e que geralmente se encontram sob uma mesma residência. Essa explicação abrange bastante do que se entende por família na cultura ocidental, mas ainda parece um tanto insuficiente. A mera definição da palavra não é capaz de englobar as análises e teorizações feitas quando se observa sua variação real, o dia a dia de fato. Especialmente após a segunda metade do século XX, a variedade de formações familiares, parentais e residenciais ampliou-se significativamente. Desse modo, é preciso



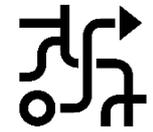
[...] compreende[r] a família como um fenômeno que ultrapassa a esfera biológica e ganha significados culturais, sociais e históricos. [...] uma família pode tomar diversas formas ao longo da sua existência, dependendo de muitos fatores, como morte de seus membros, migrações, novos matrimônios, separações, filhos anteriores a um segundo casamento e uma infinidade de situações relativa à história pessoal de seus membros. (SILVA, SILVA, 2009, p. 136)

Para pensar a família, o espaço familiar-residencial e a dinâmica entre seus membros, nos deteremos sobre quatro histórias, que ao fim, se transformam em duas. A partir da análise de caso, uma gama de situações aparecerá, possibilitando entrever que, apesar de parecerem casos isolados, se repetiram mais vezes do que seja possível contar. Ao explorar as histórias de um ponto de vista micro, perspectivas para uma configuração mais macro da história sobre infância e ditadura é possível, ao perceber a sistematicidade de ações ou consequências. Assim,

[...] famílias são grupos sociais estruturados por meio de relações de afinidade, descendência e consanguinidade e se constituem em unidades de reprodução humana. Já o parentesco, que determina as formas de sucessão e herança, é definido como o modo mais amplo de ordenar as relações de afinidade, descendência e consanguinidade, regulando as relações entre famílias. Por sua vez, os grupos domésticos e residenciais podem ou não agregar uma família. Na verdade, esses grupos podem tanto constituir famílias, tornando-se unidades de reprodução, como podem agregar membros não ligados por laços consanguíneos [...] (SILVA, SILVA, 2009, p. 137)

Após o golpe de 1964 e depois, começou a divulgar as motivações e justificações para fazerem o que viria a ser feito, e alguns argumentos sempre estiveram presentes: a família, a moral e os bons costumes, os valores tradicionais. Até poderiam existir outros motivos, justificativas que apareciam vez ou outra, algumas que surgiram com o tempo, outras que se modificaram, mas essas sempre se mantiveram cativas. É possível notar o primeiro *modus operandi* da ditadura quando o assunto é família, como descrito por Elizabeth Jelin:

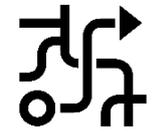
El gobierno militar [...] se definió a sí mismo como salvador de la nación, concibiendo su misión como una lucha en contra del caos y la “subversión” que estaban destruyendo los valores e instituciones “naturales” [...] Su tarea era, según su propia definición, la de devolver al país la “paz” y el “orden” frente al “caos” imperante. Para recuperar estos valores, era necesario proteger a la nación, a la familia y a las personas de los peligros de la “subversión”. [...] Los militares fueron mucho más allá de la apelación a la metáfora y el discurso; intervinieron violentamente en la privacidad y la intimidad de la vida familiar [...] (JELIN, 2007, p. 40)



Os grupos políticos à frente do golpe no pré-1964 e sua continuação possuíam uma imagem clara e definida do que era uma família. Para eles, o ideal era composto por uma estrutura nuclear de pai, mãe e filhos, e cada um tinha um papel específico nessa dinâmica. O pai era o chefe da casa, provedor e a quem os outros deviam obediência; a mãe era responsável pelo cuidado do espaço interno da casa, do cuidado do marido e dos filhos, e sua existência era quase que resumida à “mulher de alguém” e “dona de casa”; já os filhos eram serem incompletos, que ainda estavam aprendendo a se comportar nos espaços sociais, que deviam obediência, e sua vida deveria seguir os rumos decididos pelo patriarca. Para além, esse núcleo deveria estar de acordo com uma série de elementos e crenças que constituíam a tão conhecida “moral e bons costumes”, saber que determinados aspectos da vida pública, como a política, eram reservados apenas ao homem, e que tal divisão não deveria ser contestada. Mesmo estando nas entrelinhas, o conceito de família propagado pelo regime (e pelos setores que davam sustentação) possuía uma imagem definida, e esse era o único modelo aceito por eles.

Ao manipularem o entendimento comum do que era ou deveria ser uma família, o regime dizia como entendia tal conceito e como desejava que fosse na realidade. Segundo Jelin, “[...] en la medida en que la metáfora de la familia era utilizada para la nación como un todo, el Padre-Estado adquirió derechos inalienables sobre la moral y el destino físico de los ciudadanos.” (2007, p. 41). Qualquer configuração de família que não se encaixasse no modelo era quase que automaticamente desacreditado, ou seja, se uma família era diferente daquela do pai chefe da casa, mãe devota do cuidado e filhos obedientes, não eram uma família de verdade. Por isso, quem desvirtuasse desse padrão poderia ser colocado do outro lado da balança, dando algum tipo de “legitimidade” para quando algo fosse feito contra esses desviantes.

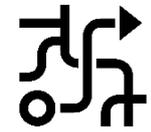
Se o Estado era visto como o pai da nação, e a figura do pai é a quem se deve acatar sem questionamentos, dono da autoridade e que tem liberdade para demandar controle, subserviência e decisão do futuro dentro de casa, em um país o Estado pode exigir as mesmas prerrogativas de controle e subserviência, além de se julgar o sujeito responsável por colocar “as coisas de volta aos trilhos” em meio a problemas e desordem. Assim, o Estado deixava de implícito que ele, por se preocupar com seus “filhos” (a população) tal como pai zeloso e chefe do lar, faria o que fosse necessário



para que suas decisões fossem acatadas e encaminhar aqueles sob sua responsabilidade ao “caminho do bem” e “dos valores fundamentais da nação”. No caso dos militantes e opositores, eles eram o mal encarnado, “comunistas e “comedores de criancinhas” por serem a face da subversão a ser combatida, como também suas configurações familiares eram diferentes daquela “família tradicional que preza a moral e os bons costumes”.

Mesmo que suas famílias seguissem a divisão da glorificada pela ditadura, os militantes não “mereciam” que suas famílias fossem consideradas como tal pelo simples fato de que no seio delas possuía alguém que perdeu o rumo, fugiu do padrão, ocupava o lugar da política reservado apenas ao pai respeitável, mas principalmente, se colocava contrário ao regime em vigor. Se traços físicos e genéticos, as histórias, valores e tendências eram passadas de geração a geração, o “esquerdismo” e o “comunismo” também poderiam ser elementos que as crianças levariam de seus parentes mais velhos. É possível perceber tal pensamento nos relatos de ex-presas e torturadas, todas mães e atingidas como tal. Hecilda Veiga escutou que “Filho dessa raça não deve nascer” (apud MERLINO, OJEDA, 2010, p. 76), e para Rose Nogueira foi dito que “Terrorista não tem família” (apud BRASIL, 2009, p. 68).

É a partir desta linha de raciocínio, que as crianças passaram a ser inseridas na lógica violenta e desagregadora que o aparato repressivo infligiu a quem considerava inimigo. Se a veia política dos militantes era o componente a ser minimizado ou destruído, e um filho traz de seus pais características semelhantes para além da genética, o tal componente inimigo também poderia estar nas crianças. Assim, o traço “comunista”, “esquerdista” deveria ser frontalmente combatido não só nos adultos pais como nas crianças filhas. Tanto é que um filho de militantes, Edson Teles, relata ter ouvido o seguinte de militares: “Esses filhos de comunistas vão pegar essas armas, cuidado.” (apud SÃO PAULO, 2014, p. 257). E quase que como um “bônus”, os pequenos poderiam ser utilizados e barganhados em meio a uma tortura psicológica, ameaçar contra a integridade da criança para que os adultos falassem e dessem informações.



SEI QUE NADA SERÁ COMO ANTES²:A FAMILIAR NUCLEAR COMO LUGAR DE TRANSFORMAÇÃO

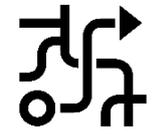
Quando se decide que crianças de famílias militantes também teriam seu encontro com a repressão visando combater a “veia vermelha” herdada pela linhagem parental, se reconhece que por mais que “terroristas não tenham famílias”, é esse viés familiar que podia fazer com que o militante finalmente quebrasse. Ao mesmo tempo em que a família não era reconhecida como algo que o militante possuía, a família era utilizada ao bel-prazer da repressão para conseguir seus objetivos em meio a sessões de interrogatório e tortura. Raciocinando dessa forma, é quase como se a violência experienciada se transformasse também em algo herdado, só que essa seria uma herança imposta por algo ou alguém externo ao seio familiar.

Desse modo, os caminhos entre as escolhas e engajamentos pessoais *versus* a resposta violenta do Estado recebida em função de suas ações marcou as realidades das famílias de militantes. Neste sentido, nos deteremos em quatro núcleos familiares, que por variadas razões e contextos, ajudam a exemplificar algumas alterações que a tensão militância X repressão poderia manifestar. Além de suas trajetórias, uma particularidade não tão rara foi o fato de que, no longo prazo, esses quatro ramos familiares acabaram virando dois, distintamente marcados pelo fator político. Seriam eles: os Teles, os Grabois, os Lucena, e por último, os Barrett Araújo.

A família Teles é composta por quatro membros, mas frequentemente é considerada com cinco pessoas: O casal Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) e César Augusto Teles, e os filhos, Janaina de Almeida Teles e Edson Luís de Almeida Teles. A quinta pessoa seria a irmã de Amelinha, Crimeia Alice Schmidt de Almeida. O casal e Crimeia eram militantes do PCB, e após o racha nos anos 1960 em torno da luta armada³, militaram no PCdoB. Janaina e Edson nasceram em 1967 e 1968,

² Trecho da música “Nada será como antes”, de 1972 interpretada por Milton Nascimento e Beto Guedes.

³ O primeiro racha foi em 1962, com a divisão no partido entre o grupo ligado a Luís Carlos Prestes orientado pela URSS, e o grupo em oposição ao núcleo prestista e orientado pela China (que via a luta armada como via revolucionária). O segundo grupo, liderado por Maurício Grabois, Pedro Pomar e João Amazonas saíram do PCB e fundaram o PCdoB. Outro momento se deu pós-1964, e houve uma divisão entre a ala próxima à Prestes vs nomes como Mário Alves, Jacob Gorender, Joaquim Câmara, Apolônio de Carvalho e Carlos Marighella. Além do PCdoB, aqueles alinhados com a luta armada passaram a militar na Aliança Nacional Libertadora (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Partido Operário Comunista (POC), Comando de Libertação Nacional (Colina) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

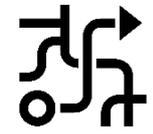


respectivamente. A quinta integrante da família, Crimeia, participou da Guerrilha do Araguaia, e é neste ponto que a história se cruza com a dos Grabois.

Antes da ditadura, a família Grabois já era conhecida por uma forte participação no campo das esquerdas, especialmente no PCB. O patriarca era Maurício Grabois, histórico dirigente conhecido desde os anos 1930. Assim como sua esposa, Alzira Grabois, e seus filhos Victória Lavínia Grabois Olímpio e André Grabois, todos faziam parte do PCB e migraram para o PCdoB, do qual Maurício foi um dos fundadores. Tanto Victória quanto André se relacionaram com outros militantes e cada um teve um filho. Victória foi casada com Gilberto Olímpio Maria, e teve Igor Grabois Olímpio, nascido em 1966; já André se casou com Crimeia, citada anteriormente, e juntos tiveram João Carlos de Almeida Grabois (Joca), nascido em 1973.

Em ambas as famílias, todos eram militantes do mesmo partido desde antes do golpe de 1964, e após decidiram pela luta armada migrando para outro coletivo; tanto que Igor disse: “então a família toda era quase que um comitê, quase uma célula” (OLÍMPIO apud SÃO PAULO, 2014, p. 293). As duplas de irmãos eram de famílias militantes comunistas, e por isso, carregavam o traço da atuação política desde novos. Dos oito adultos, quatro participaram da Guerrilha do Araguaia: Maurício, André, Gilberto e Crimeia, e Victória só não foi pois ficou grávida quando os grupos começaram a se dirigir para a região. Crimeia ficou grávida durante a guerrilha, e saiu de lá pouco antes dos cercos armados entre 1972 e 1974. Os três homens que lá permaneceram foram presos, torturados e mortos nas incursões em 1973, André em outubro e Maurício e Gilberto no natal, e todos são desaparecidos políticos.

Para quem não foi ao Pará, cada um experienciou situações distintas. Alzira, Victoria e Igor ficaram clandestinos de 1971 até a promulgação da Lei de Anistia em 1979. César e Amelinha foram presos e torturados na Oban/SP em 1972, e enquanto Crimeia, Janaina e Edson foram sequestrados, presos e levados para a Oban. Janaina e Edson foram levados até a sala de tortura onde os pais estavam após uma sessão, com o pai desmaiado e a mãe ainda na cadeira do dragão. Crimeia foi torturada grávida, mantida presa por vários meses e deu à luz na prisão em fevereiro de 1973, no Hospital da Guarnição do Exército, em Brasília. Joca, além de nascer na prisão, apresentava sinais já na barriga da mãe, e após nascido, foi dopado com tranquilizantes, desenvolveu desnutrição e problemas físicos durante a infância.



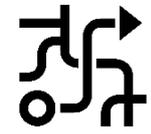
Assim, todos tiveram que lidar com diferentes aspectos da repressão, inclusive as crianças.

A confluência dos dois grupos em uma espécie de grande grupo único se deu tanto por questões políticas, quanto por laços afetivos e posteriormente sanguíneos. O primeiro momento se deu justamente na formação dessas famílias. Em um segundo ponto, quando já ligadas por laços matrimoniais, geraram laços sanguíneos em comum. E por último, e talvez o lado mais pesado e doloroso de terem se tornado uma “grande família”, foi a experiência da dor de modo generalizado: os desaparecimentos de Maurício, André e Gilberto; as prisões e torturas de César, Amelinha, Janaína, Edson, Crimeia e Joca; e a clandestinidade de Alzira, Victória e Igor.

Observando a questão familiar não tanto sob o ponto de vista dos adultos, mas das crianças, os quatro tiveram seus círculos familiares tal como são por causa da decisão de seus pais, tios e avós. Para eles, possivelmente não haveria muitos caminhos de como fugir de tal realidade, pois um grande elo não palpável era a politização da vida, já que não eram os únicos a serem filhos de comunistas, visto que seus pais o foram antes deles. Nesse caso, a “herança do comunismo” vinha de duas gerações, o que para grupos repressores ou conservadores, poderia ser visto como um “gene” ainda mais aflorado e, portanto, deveria ser combatido com mais afinco para que não houvesse “pequenos terroristas” ou “futuros comunistas” indesejáveis.

Se para trás, o panorama era político, para frente também o foi. Não era apenas o sangue herdado, mas as experiências que cada um viveu em seu próprio corpo por causa disso na infância, e escolhas que fizeram já mais velhos e com maior consciência do que havia ocorrido. Observando suas trajetórias no longo prazo, não há como dissociar suas vivências e histórias pessoais do fator político; para essas crianças, são uma coisa só e sempre caminharam juntas.

Um outro modo de como o fator político influenciou os rumos familiares está na dupla Lucena e Barrett Araújo. A família Lucena possuía seis membros: o casal Damaris Oliveira Lucena e Antônio Raymundo Lucena, e os filhos Ariston de Oliveira Lucena, os gêmeos Adilson e Denise Oliveira Lucena, e Ângela Telma Oliveira Lucena. Os pais eram sindicalistas e membros do Partido Comunista desde os anos 1950, e na ditadura, integraram a VPR. O filho Ariston, nascido em 1951, passou a militar junto com os pais na VPR ainda menor de idade. As três crianças mais novas nasceram anos depois, os gêmeos em 1960 e Telma em 1966.



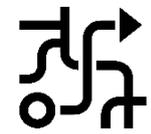
Os Barrett Araújo eram formados por três membros: a mãe Soledad Barrett Viedma, o pai José Maria Ferreira Araújo, e a filha Ñasaindy Barrett de Araújo. Soledad fazia parte de uma conhecida família paraguaia militante de esquerda (avô anarquista, pais comunistas), fazendo com que participasse de organizações no Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil. Aqui, ela participava do MNR, posteriormente migrando para a VPR. Vários irmãos de Soledad eram militantes, sendo que um deles, Jorge, foi preso no mesmo dia em que foi morta. José Maria era ex-militar e nos anos 1960, participou da chamada Revolta dos Marinheiros⁴, pela qual foi preso. Já na ditadura, foi membro do MNR e da VPR assim como Soledad, e ambos se casaram durante a fase de treinamento de guerrilha em Cuba, onde Ñasaindy nasceu em 1969.

O encontro desses dois núcleos aconteceu em 1970. Em fevereiro, a casa dos Lucena em Atibaia/SP foi invadida por militares, e Antônio foi assassinado na frente da esposa e dos três filhos mais novos. Damaris e as crianças foram presas, e ela torturada, até que foram trocados pelo cônsul japonês e exilados em Cuba. O pai foi enterrado como indigente, se tornando um desaparecido político. Ariston foi preso poucos meses após a morte do pai e sentenciado à pena de morte, cortando a convivência entre os irmãos. Ainda 1970, José voltou para o Brasil, onde foi preso e morto sob tortura, sendo até hoje um desaparecido político. Tempos depois, Soledad também retornou ao Brasil, deixando a filha em Cuba aos cuidados da VPR, e aqui se envolveu romanticamente com um agente policial infiltrado, o cabo Anselmo⁵, que a delatou e fez com que fosse morta no chamado “Massacre da Chácara de São Bento”⁶ em janeiro de 1973, em Pernambuco. De acordo com relatos e pesquisas levantados pela CNV, há indicações de que quando morreu, ela estava em estágio avançado de

⁴ A Revolta dos Marinheiros ocorreu em março de 1964. Após uma celebração na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) no Rio de Janeiro, o então ministro da Marinha decretou a prisão dos organizadores do evento, pela organização ser considerada ilegal. Em reação, quase dois mil marinheiros ocuparam o terreno da AMFNB, e após negociação, os amotinados foram anistiados. Quando da revolta, o presidente da AMFNB era José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, nome que retomará na história dos Barrett Araújo.

⁵ José Anselmo dos Santos, conhecido como cabo Anselmo, é um ex-militar que durante os anos da ditadura atuou como agente infiltrado vinculado ao DOPS/SP, com o objetivo de coletar informações de organizações de esquerda. O caso mais conhecido do período como infiltrado foi a “Operação Paquera”, ocorrida nos anos 1970, quando passou a fazer parte da VPR e se envolveu romanticamente com Soledad Barrett. Contudo, Anselmo delatou os membros da organização, inclusive a noiva Soledad, grávida dele.

⁶ O “Massacre da Chácara de São Bento” é resultado da delação de informações da VPR pelo cabo Anselmo. Seis militantes foram presos, torturados e levados à Chácara São Bento, um terreno comprado pela VPR para funcionar como aparelho. Lá, os militares encenaram um suposto tiroteio em que os seis militantes foram mortos à tiros.

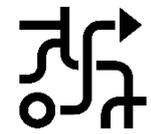


gravidez. Soledad foi enterrada como indigente e é uma desaparecida política. Quando Damaris chegou em Cuba, membros da VPR que lá estavam a designaram como cuidadora de Ñasaindy, que até então, tinha pais vivos, mas em outro país. Com a morte de José e Soledad, Ñasaindy continuou aos cuidados de Damaris, que a adotou e deu seu sobrenome para a menina. A adoção ocorreu por questões políticas, já que foi o coletivo que escolheu Damaris e lhe deu como “tarefa” o cuidado permanente da bebê. Assim, Barrett de Araújo durante muito tempo foi Lucena no papel, e mesmo Ñasaindy resgatando os nomes dos pais, continuou sendo simbolicamente Lucena.

Assim como os Teles e os Grabois, os Lucena e os Barrett Araújo também tinham todos os membros engajados politicamente há anos, e com Soledad, uma tradição familiar de esquerda. Esses nove filhos tinham na veia o “sangue vermelho do comunismo”, e dificilmente tinham como escapar das consequências. Por isso, é possível apontar que, segundo Patricia Castillo e Alejandra Celis, “[...] lo filiativo es, a su vez, un modo de hacer política, de ofrecer un lugar.” (2013, p. 123). Assim, a ideia de que o comunismo e o ímpeto contestador eram transmitidos de pais para filhos não era tão fora de órbita, especialmente quando estes filhos possuíam um pouco mais de compreensão da situação. Em seu depoimento, Ariston disse:

Os meus pais disseram que eu era muito jovem para assumir aquela luta. Respondi que esse era o meu desejo e que a minha ideologia tinha sido forjada com o exemplo deles dentro de casa. [...] Quero reafirmar que não me arrependo do que fiz. Sinto muito orgulho por ter pegado em armas para lutar contra a ditadura instaurada no Brasil. Essa consciência foi adquirida no convívio com meus pais Antônio Raymundo de Lucena e Damaris Oliveira Lucena. Meus velhos, apesar de terem baixo nível de escolarização, tinham uma profunda consciência de classe. Conheciam muito bem as mazelas dessa sociedade, onde pobres, negros, e desvalidos, são as maiores vítimas do capitalismo nacional e internacional. Minha família não possui riquezas materiais, mas, é detentora de um excelente capital intelectual que é a plena consciência dos problemas deste país. Fizemos a opção pelo povo e sabemos da necessidade de educar e conscientizar a massa para que possa lutar em prol dos seus direitos. (LUCENA, Ariston apud SÃO PAULO, 2014, p. 90-91)

Com de seus passados, o que foi feito a outros e que as atingiram direta ou indiretamente, é possível perceber que essas crianças (e um adolescente) tiveram que lidar com uma gama variada de situações extremamente complexas, dolorosas e traumáticas. Em diferentes idades, questões e ambientes em que podiam ou não encontrar modos de lidar com tais realidades, que refletiram em maior ou menor grau



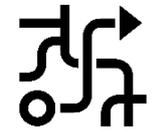
durante o resto da vida. É em virtude disso que, quando se trata de gerações seguintes, para a psicanalista Caroline Eliacheff e o jurista Daniel Larivière, é importante ter em mente que “Os traumatismos do passado deixam marcas nos descendentes sem que se saiba o que se transmite e menos ainda como.” (2012, p. 71).

A ligação dessas quatro famílias transpareceu em suas participações nas audiências da Comissão da Verdade. No caso da comissão paulista, os nove filhos deram depoimentos orais ou escritos. Os irmãos Teles falaram junto com os primos Grabois, e o mesmo ocorreu quando chegou a vez dos irmãos Lucena e Ñasaindy. Não só a divisão de quem iria compor a mesa naquele dia seguiu essa “junção” das famílias, como a questão também surgiu em falas dos membros da comissão, dos próprios depoentes e de parentes que estavam na plateia. Não são só suas histórias que se cruzam, mas também o conteúdo dos relatos que se repete ou assemelha.

Possivelmente, a criança com maior ruptura familiar foi Ñasaindy, que perdeu ambos os pais muito pequena (tinha um ano quando José morreu, e três quando Soledad morreu) e a última vez que os viu era um bebê de colo. Há relatos coletados pela CNV que contam que Ñasaindy deveria ter tido um irmão ou irmã por parte de mãe, que nunca conheceu pois o bebê teve sequer a chance de nascer⁷. Tudo o que a menina conheceu como família derivou da decisão da organização de seus pais com outra militante que estava chegando ao exílio. Apesar da adoção e do sentimento de pertencimento entre os Lucena, é incrivelmente difícil esquecer ou superar a família que deveria ter, e tal questão a mobilizou em vários momentos da vida.

O processo histórico brasileiro da ditadura me conectou à família Lucena de uma forma muito forte. Hoje eu sou uma integrante da família e fico muito honrada. Eu sou Ñasaindy Barrett de Araújo. Já fui Ñasaindy de Oliveira Lucena. Eu tive uma certidão de nascimento que tinha esse nome. E foi com essa certidão que eu vim para o Brasil como se fosse filha legítima da dona Damaris. [...] Em Cuba, as notícias chegavam para nós assim: “Morreu, não morreu, desapareceu, foi preso, não foi preso”. Ou seja, a gente não tinha uma verdade definitiva. [...] Então, eu fui ficando, ficando, ficando com a Damaris. Ela foi me assumindo como filha, eu

⁷ Em 1996, a advogada Mércia de Albuquerque Ferreira relatou à CEMDP como viu Soledad após sua morte: “em um barril estava Soledad Barrett Viedma, ela estava despida tinha muito sangue nas coxas, nas pernas e no fundo do barril onde se encontrava também um feto. [...] e o que mais me impressionou foi o sangue coagulado em grande quantidade que estava, eu tenho a impressão que ela foi morta e ficou algum tempo deitada e a trouxeram, e o sangue quando coagulou ficou preso nas pernas porque era uma quantidade muito grande e o feto estava lá nos pés dela, não posso saber como foi parar ali ou se foi ali mesmo no necrotério que ele caiu, que ele nasceu, naquele horror.” (apud BRASIL, 2014, p. 1157)

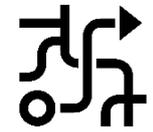


fui assumindo ela como mãe, e os filhos dela como os meus irmãos. Essa afetividade foi se compondo e se fortalecendo. E meus pais nunca voltaram. (ARAÚJO apud SÃO PAULO, 2014, p. 101)

A necessidade de se manterem vivos, e para isso, partirem para a clandestinidade, exílio ou cortar contato com companheiros influenciava diretamente nas informações que recebiam, inclusive de outros parentes que estavam em diferentes lugares, e por mais que se tivesse isso em mente, era complicado lidar com o que vinha junto com a ausência e desconhecimento. No caso de distanciamentos temporários, parte das questões poderiam regredir ou sumir uma vez retomado o convívio. Agora, um vazio prolongado, com a impressão de algo etéreo ou não material é algo que pode causar uma ruptura contínua e permanente, e segundo Eliacheff e Larivière, “A ausência é dolorosa porque questiona toda a organização de nossas relações com a pessoa [...]” (2012, p. 68). Mesmo após muitos anos, e com acesso a informações e clareza sobre o estado das coisas, a marca causada pela ruptura pode permanecer, transparecendo na fala dos adultos décadas depois, como foi o caso de Igor. Ele conta:

Todas as notícias das mortes eu tive posteriormente aos acontecimentos. O desaparecimento do meu pai, do meu avô, do meu tio, a queda da Lapa, tudo isso eu fui saber pós-anistia. Ou seja, é como se eu tivesse uma vida até a anistia e passasse a ter uma outra vida a partir disso. É um corte. [...] Então, não tem luto. São vazios. Meu pai não vem mais, meu avô não vem mais, o cachorro é mandado para treinar, o Amazonas para de vir, vão abrindo vazios. E é engraçado, porque mesmo sendo da primeira infância, dessas pessoas eu tenho a memória muito nítida. (OLÍMPIO apud SÃO PAULO, 2014, p. 296)

Uma semelhança a mais entre as várias existentes é que, para estes nove filhos, a figura paterna foi a de maior ausência, que para a maioria, foi irreversível. Apenas Janaina e Edson puderam lidar com as questões desse sumiço, pois o pai estava “apenas” preso. Enquanto os outros, cujos pais são desaparecidos até hoje, não tiveram as mesmas oportunidades que os irmãos Teles tiveram para lidar com todas as questões deste período. Assim, na falta dos homens, coube às mulheres passar as histórias familiares, as memórias coletivas daquelas pessoas, responder às diversas questões que as crianças poderiam ter e, de alguma forma, suprir o que foi retirado ou impossibilitado. É por isso que em suas memórias, a figura das mães aparece tão grande e marcante, como na fala de Telma: “herói não é o meu pai, é a minha mãe” (LUCENA, A. in 15 FILHOS, 1996, 14”57’-14”59’), ou na fala de Janaina:



Por meio da memória dela [da tia Crimeia], fomos nos familiarizando com essa história difícil e essa nossa família distante. [...] Ela também nos levou para visitar meus pais no presídio Carandiru. Era a primeira vez que eu ia vê-los depois de seis meses. [...] Desde a prisão, preocupava-me em proteger meu irmão, meu primo e em defender meus pais! Queria ser adulta para poder enfrentar os policiais e buscar meus pais na prisão! (TELES, J. apud SÃO PAULO, 2014, p. 263)

Se o mais básico que uma pessoa pode ter na fase inicial da vida é a família, o sentimento de pertencimento, a segurança do nome familiar, a relação através de histórias, semelhanças, heranças e convivências, tudo foi alterado ou retirado. Assim, as rachaduras e mudanças que necessitam lidar, afetou mais aspectos do que se supõe, e poderia chegar aos elementos mais básicos e fundamentais. Com isso, não houve como negar a elas, no momento ou futuramente, o fato de que existia um determinado regime político no país, que elegeu determinados grupos sociais como inimigos, que o clima de guerra não estava apenas nos filmes e que coisas ruins poderiam acontecer. É possível comprovar essa sensação em uma fala de Joca:

O que eu ouvia era o seguinte: que existia um governo ditatorial, entendeu, e que entrava na casa das pessoas e matava, entendeu? Era muito simples o meu raciocínio, entendeu? Era olhar e falar “Não, os caras vão vir aqui, se eu contar essa história, ou ficarem sabendo, sei lá, ou qualquer coisa, eles podem vir aqui e acabar com a minha família”, entendeu? Já acabaram com a metade, acaba com a outra metade. (GRABOIS in 15 FILHOS, 1996, 3”12’-3”33’)

Este trecho poderia ser de qualquer filho, não só os já citados, como inúmeros outros. Todos vivenciaram em algum momento e em diferentes graus a ausência forçada de algum parente, conscientemente ou não. Tendo conhecido a pessoa ou não, o súbito desaparecimento no convívio familiar era sentido, mesmo que derivado daqueles que de fato a conheceram, em um mundo prévio àquela criança. Para Joca, isso aconteceu pois cresceu sob a ausência do pai, avô e tio por lado de pai, os tios por lado de mãe ficaram presos durante certo tempo, e sempre soube (mesmo que de forma suave) o que aconteceu com sua mãe. Sua família era reduzida justamente porque a ditadura eliminou ou afastou grande parte dela. Os parentes Grabois, dos quais carrega o nome em comum, só veio a conhecer tempos depois. Sobre isso, Joca contou:

Aí depois eu fui conhecer o Igor [...] mais tarde, já quase nos anos 1980, eu já estava na escola. Nessa época conheci mais gente da família. Antes, a família era reduzida à Jana, o Edson, o Cesar, a Amelinha e a minha mãe. Eram poucas pessoas e aí, de repente, mais que dobra o número de familiares. Os Grabois têm um monte de primos. (GRABOIS apud SÃO PAULO, 2014, p. 217)

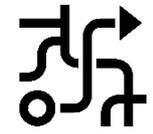
A distância ou o desconhecimento de parentes também foi apontado por Igor. Como muitas crianças, o fato de não ter pai, mãe ou ambos era algo que marcava individualmente, e constantemente lembrado socialmente, na convivência social, ao ver outras composições familiares etc. A sensação é que você é sempre o diferente, que não se encaixa por completo, e não se consegue entender o motivo de logo você ser quem tem a família diferente. Igor relatou:

Sobreviver na clandestinidade, eu era a única criança que não tinha primo, que não tinha tio, não tinha primo, que não tinha família. O Joca [João Carlos Grabois, filho de André Grabois], por exemplo, eu não sabia da existência dele, só fui conhecê-lo em 1980. A outra coisa, é que também não tinha passado. Quem era o meu avô, meu bisavô? Eu não tinha passado. Qual era a identidade familiar, qual era a identidade étnica? (OLÍMPIO apud SÃO PAULO, 2014, p. 295)

Esse afastamento entre a criança e os pais, ou entre ela e a família pode gerar dificuldade até no ato de imaginar sua relação com a pessoa que não está. O “ausente” não é alguém totalmente estranho e desconhecido, já que há histórias sobre ela, possíveis fotos ou objetos, além da ligação sanguínea. Contudo, é também um desconhecido, já que não o conheceu em vida ou conheceu muito pouco, na inexistência de traços materiais, como fotos, vídeos e objetos, e quem aquele indivíduo era para além da visão de terceiros sobre ele. O perigo que os militantes corriam poderia chegar a limites tão distantes que esbarravam na possibilidade de memórias para o futuro. Isto fica evidente quando Ñasaindy diz “A Soledad tem a sua força. Foi uma mulher incrível, cada vez que eu conheço mais, gostaria muito de tê-la conhecido, com certeza.” (ARAÚJO apud SÃO PAULO, 2014, p. 102), mas também em Joca, quando conta que

Com 7, 8 anos eu ganhei uma foto dele com 16 anos, né, aí com... mais pra frente com 16, eu arrumei uma foto dele com 3 anos de idade. Então eu não tinha, eu não conseguia formar a imagem de um pai com 16 anos, um pai com 3 anos, né. Você não consegue. É inconcebível você olhar pra uma foto de um garoto de 3 anos ou de 16 e imaginar que aquela pessoa é seu pai. Isso foi muito difícil. (GRABOIS in 15 FILHOS, 1996, 14”36’-14”56’)

Apesar de diferente, a composição familiar de Ñasaindy desencadeou uma série de questões, ligações e “idas e voltas”. Ela possui uma mãe de toda a vida (Damaris), mas tem uma relação filial com uma mulher que nunca conheceu conscientemente (Soledad); tem irmãos de criação (Denise, Adilson e Telma), um irmão “por tabela” através da lembrança de outros (Ariston) e uma possível irmão que



a mera existência é envolta em mistérios (o bebê que estava na barriga de Soledad quando morreu), além da ausência de uma figura paterna ou parentes de sangue. Realizar o que significa o seu passado marcou quem Ñasaindy é, e assim ela contou:

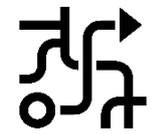
E eu tenho muito orgulho de ser filha de Soledad Barrett Viedma, de José Maria Ferreira de Araújo e de Damaris Oliveira Lucena. E de ter meus irmãos. [...] Eu, conscientemente, não tenho nenhuma lembrança. Nem de estar com meu pai e nem com a minha mãe. Mas, nos meus processos terapêuticos, vamos dizer assim, tive oportunidade sim de me encontrar com o que seria o momento de despedida da minha mãe. [...] No momento em que perdi a minha mãe ou na minha despedida, quando eu soube que eu não veria mais a minha mãe, mesmo estando no colo de uma pessoa que eu já amava, eu queria morrer. (ARAÚJO apud SÃO PAULO, 2014, p. 102)

Para além da herança que o Estado e a repressão entendiam que tinham, estas crianças ganharam uma herança “maldita” desse aparato: terem sido envolvidos, empurrados e irremediavelmente afetados por experiências violentas difíceis de assimilação por alguém de suas idades. A marca da violência feita à família, e tudo o que veio com ela e dela, deixou diferentes marcas no longo prazo. O grande lance da violência familiar é que como ela é composta por membros com quem se compartilha laços sanguíneos ou não, as dores de outros que a criança poderia carregar não se restringiam a conhecer a pessoa, o grau de proximidade, a quantidade de atingidos com o qual se relacionava etc. Janaina tinha em seu passado a sensação da repressão em si e em seus parentes mais próximos, mas parte da compreensão do que foi feito a ela e de como ela decidiu lidar com isso está relacionada ao tio André Grabois, alguém que nunca conheceu, não tinha laços sanguíneos e sequer o rosto conhecia durante muitos anos.

Agora, não tem ponto final. Como é que vai ter um ponto final se a gente sabe, por exemplo, provavelmente o meu tio levou um tiro pelas costas, na coluna, ficou paraplégico, levaram ele assim pra Brasília, torturaram ele não sei quanto tempo, e ele morreu assim? Como é que tem ponto final pra isso? Se não tem o corpo dele, se não tem... se só tem uma foto de 3x4 dele? É isso que existe do André Grabois. E a memória da mãe dele, que daqui a pouco vai morrer, porque tá muito velhinha, da irmã dele... E o Joca, fica como? Então, pra mim, pra mim não tem ponto final, pra mim e pra várias outras pessoas, né. (TELES, J in 15 FILHOS, 1996, Op. cit., 17”06’-17”50’)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção de uma narrativa pessoal e familiar “comum”, sem uma participação direta ou indireta nos embates políticos dos anos 1960, 1970 e 1980, sem memórias



traumáticas que suas poucas idades pudessem processar por completo, é praticamente impossível. Levando em conta o que foi feito àqueles que eram os mais próximos, tudo o que tiveram que lidar indiretamente, isso quando não foram eles próprios afetados diretamente, é incrivelmente difícil e complexo para as crianças descendentes da geração militante fugirem de seus passados e suas histórias.

O retorno a um regime democrático pode funcionar como uma espécie de superação para o sistema político, e até para o país num geral, mas não para os indivíduos que foram afetados, atingidos e que sofreram. Lembrar, ou esquecer, não há realmente a chance de escolha sobre um ou outro, e qualquer caminho seguido entre a memória e o esquecimento, a negação ou a afirmação de um passado, compõe decisões com múltiplas camadas. Esta dificuldade se dá pelo fato de que, resgatando Jeanne Marie Gagnebin, “A história também consiste numa homenagem aos mortos do passado, na ereção de um discurso/túmulo que possa lembrá-los.” (2010, p. 184). Para quem teve uma série de “garantias” retiradas (fosse nome, casa, família etc), negar ou ignorar o que ocorreu poderia significar mais uma retirada, dessa vez, a base da sua formação individual e coletiva. No *Infância Roubada*, Telma explicou como foi para ela:

Eu vivia um conflito entre apagar, riscar aquilo da minha vida, mas, ao mesmo tempo, sabia que se fizesse isso, estaria riscando a história da minha família. E eu não queria isso. [...] A morte do meu pai mudou completamente a minha vida. A partir daquele momento sabia exatamente de quem eu era filha, como meu pai tinha morrido. Eu vi minha mãe muito torturada. [...] qual é o peso de levar o sobrenome Lucena. Não é fácil ser filha da Damaris e do Doutor. Não é fácil fazer parte de uma história de dois heróis da nação brasileira. De saber que para estar viva aqui, hoje, contando a nossa história, muita gente morreu. (LUCENA, Ângela apud SÃO PAULO, 2014, p. 84)

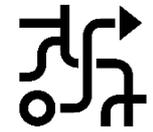
REFERÊNCIAS

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume III)*. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. *Direito à Memória e à Verdade: história de meninas e meninos marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

ELIACHEFF, Caroline; LARIVIÈRE, Daniel Soulez. *O tempo das vítimas*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

FAMÍLIA. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/familia/>. Acesso em 11 nov. de 2021.



GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 177-186.

GALLARDO, Patricia Castillo; CELIS, Alejandra González. Niñez en dictadura: lo filiativo como espacio de resistencia. *Revista de Geografía Espacios*. V.3, nº6, p. 117-131, 2013.

JELIN, Elizabeth. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 29, p. 37-60, jul.-dez./2007.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

NEHRING, Marta; OLIVEIRA, Maria. *15 filhos*. Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring. 1996, 20 min. P&B.

SÃO PAULO (Estado). *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Alesp, 2014.

SILVA, Kalina Vasconcelos; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

Recebido em 15/09/2023

Aprovado em 23/10/2023